

### Entre Brasil e Portugal: visões do Centenário da Independência

*Between Brazil and Portugal: visions of the Centenary of Independence*

**Jorge Luis dos Santos Alves\***

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

**Recebido em:** 15 jul. 2022.

**Aprovado em:** 23 set. 2022.



---

\* Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialização em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (akkad@bol.com.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-2998-8089>

 <http://lattes.cnpq.br/7385334578968132>

## Resumo

O artigo analisa a comemoração do Centenário da Independência em 1922 a partir da perspectiva das relações luso-brasileiras. O evento é marcado pela crise do regime republicano oligárquico e aumento das medidas de repressão da mobilização social na cidade do Rio de Janeiro, o centro do poder político. Nesse contexto, vicejam interpretações do simbolismo da data (7 de Setembro) e do significado da Independência por grupos com posições antagônicas sobre a herança colonial portuguesa, sua influência na formação da sociedade brasileira e na construção da nação. Essas interpretações divergentes são examinadas tendo como foco a *História da Colonização Portuguesa no Brasil* obra discursiva/historiográfica que busca justificar a excepcionalidade do “lugar” dos imigrantes portugueses no Brasil em razão dos vínculos de pertencimento originários do passado colonial.

**Palavras-chave:** Comemorações. Nacionalismo. Relações luso-brasileiras.

## Abstract

The article analyzes the commemoration of the Centenary of Independence in 1922 from the perspective of luso-brazilian relations. The event is marked by the crisis of the oligarchic republican regime and the increase in measures to repress social mobilization in the city of Rio de Janeiro, the center of political power. There are interpretations of the symbolism of the date (September 7) and the meaning of Independence by groups with antagonistic positions on the portuguese colonial heritage, as well as its influence on the formation of brazilian society and on the construction of the nation thrive. These divergent interpretations are examined focusing on the *History of Portuguese Colonization in Brazil*, a discursive/historiographical work that seeks to justify the exceptionality of the “place” of portuguese immigrants in Brazil due to the bonds of belonging originated in the colonial past.

**Keywords:** Celebrations. Nationalism. Luzo-Brazilian Relations.

## Introdução

As comemorações ocupam um lugar significativo na vida dos indivíduos e dos povos. A afirmação do Estado-nação a partir do século XIX trouxe consigo a concepção de *comemoração nacional* ou de *festas nacionais* em que a cronologia apreende simbolismos e representações vinculados às ideias de comunhão, pertencimento e nacionalidade. As comemorações são momentos de memória e de história onde se entrecruzam e conflitam percepções, sentimentos e interesses dos mais diversos. Embora não seja o único produtor de comemorações, o Estado assume o posto de celebrante-mor pela necessidade de perpetuar sua posição de entidade dominante na gestão do interesse nacional. Nesse sentido, as datas fundadoras explicitam o corpo e a unidade política da nação. As comemorações também possuem um aspecto pedagógico, pois buscam a identificação do povo-cidadão com os valores da comunidade política na qual está inserida (cf. RAYNAUD, 1994, p. 106-111; TASSIN, 1994, p. 99-100).

Na Primeira República, a principal comemoração promovida pelo Estado brasileiro foi o *Centenário da Independência*. Como Capital federal, a cidade do Rio de Janeiro foi o cenário central dos festejos. O espaço da cidade foi tomado pela edificação de monumentos, pela realização da Exposição Nacional e o arrasamento do morro do Castelo formando-se o cenário para recepção das delegações oficiais como aquelas encabeçadas pelos reis da Bélgica e o presidente de Portugal (MOTTA, 1992, p. 11-40).

As relações luso-brasileiras são plenas de comemorações e festas, algumas restritas a parcelas da comunidade nas quais os imigrantes manifestam os vínculos com a terra natal. Outras se tornam, pelo enraizamento nas práticas sociais, culturais e políticas, momentos percebidos como essenciais para as relações interestatais. O Estado se apropria de determinadas comemorações e festas que passam a simbolizar a sua existência e devem ser observadas como datas cívicas "eternizadas" nos "lugares de memória" (NORA, 1984, p. XXXIV-XLII).

Entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX, as relações luso-brasileiras foram caracterizadas por comemorações cujo significado e fortuna acompanhou as transformações políticas e culturais no Brasil e Portugal. No período em tela, foram objeto de celebração o Terceiro Centenário de Camões (1880), o Quarto Centenário da Descoberta do Brasil (1900), o Centenário da Abertura dos Portos (1808) e o Centenário da Independência (1922).

A comemoração do Centenário da Independência em 1922 é um momento chave para explicitação das visões conflitantes da herança portuguesa no Brasil e sua imbricação com a discussão da identidade nacional, tema recorrente nas artes e na literatura já no Brasil Império. Desde a independência, buscava-se caracterizar ou localizar as raízes da nação de acordo com as mais variáveis abordagens como o indianismo romântico, o cientificismo spenceriano e o positivismo comteano. O republicanismo aparentemente falhara, pois no limiar do Centenário ainda permanecia incerto se os brasileiros constituíam uma nação e como poderia ser resolvida

a relação com o estrangeiro, o “outro”, que daria sentido e identificação ao “ser nacional”. Em meio à Primeira Guerra, o redator da revista nacionalista *Brazileia* indagava:

Quantos são hoje os brasileiros? Poderão eles seriamente constituir um povo, uma pátria? Não está isto aqui como uma coberta de retalhos em que cada um se esforça, tanto quanto possível, para ser visto como francês pelos franceses, italianos pelos italianos, *yankee* pelos *yankees*, inglês pelos ingleses?

Não continua a ser este país um reflexo de Portugal felizmente, moribundo nas garras da Inglaterra? (jul. 1917, nº 7, p. 362)

As questões levantadas pelo redator de *Brazileia* eram percebidas com significados diferentes por grupos antagônicos no espectro ideológico, social e intelectual, gerando a elaboração de diferentes leituras e interpretações do Centenário da Independência e da própria situação política, econômica, social e cultural do Brasil. Nesse contexto, a elite da colônia portuguesa no Rio de Janeiro mobilizou-se no sentido de afirmar o discurso do luso-brasileirismo, da perenidade dos laços históricos e culturais que articulados à afetividade faziam de brasileiros e portugueses povos irmãos.

Nesse estudo abordamos três eventos do Centenário da Independência que realçam a visão das relações fraternais entre Brasil e Portugal baseadas no sentimento de pertencimento a uma tradição histórica e cultural comum: a travessia aérea do Atlântico Sul pelos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, os discursos dos presidentes Epitácio Pessoa e António José de Almeida em 18 de setembro de 1922 e a edição dos três volumes da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (HCPB).

## **O cenário da comemoração do Centenário da Independência**

Epitácio Pessoa assumiu a presidência em julho de 1919 em meio ao agravamento dos conflitos sociais e da crise econômica herdadas da Primeira Guerra Mundial. Seu governo caracterizou-se pelo enfrentamento e repressão aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores urbanos e indicou o declínio do sistema político alicerçado na Política dos Governadores. Entre 1919 e 1920, proliferaram greves e manifestações na cidade do Rio de Janeiro motivadas pela carestia, o desemprego, os baixos salários e as péssimas condições do trabalho fabril que mobilizaram, por exemplo, os operários da indústria têxtil e os ferroviários da Leopoldina Railway. Numa estratégia de controlar a mobilização social, o governo baixou os decretos nº 4.247 de 6 de janeiro de 1921 e nº 4.266 de 17 de janeiro 1921 com o propósito de regulamentar a expulsão dos estrangeiros enquadrados em atos considerados antissociais. Nesse contexto de conturbação, a expulsão de estrangeiros, o elemento exógeno perturbador da ordem social, tornou-se a principal arma do Estado contra os “desordeiros” e estrangeiros “indesejáveis” (MENEZES, 1996, p. 115).

Nesse cenário, o imigrante português foi duplamente visado pelas autoridades brasileiras. Contrariando, o estereótipo de alienação e conservadorismo, o trabalhador imigrante português constituía na cidade do Rio de Janeiro o elemento estrangeiro de maior destaque entre as

lideranças das associações e sindicatos dos trabalhadores e foi duramente atingido pelos decretos de expulsão.<sup>1</sup> O imigrante português era também a face visível da exploração cotidiana para a população mais pobre. Era acusado de açambarcar o comércio de gêneros alimentícios e responsabilizado pelo acirramento do conflito social urbano por meio da especulação cambial e dos alimentos.

A crise favoreceu a mobilização de grupos nacionalistas xenófobos que identificavam as reivindicações dos trabalhadores como um movimento importado e relacionado ao que classificavam urbanismo “artificial” presente no litoral do país, nascido da imigração e que tinha como maior símbolo a cidade do Rio de Janeiro. A cidade, entreposto comercial, centro cultural e político; era chamada no discurso nacionalista mais extremista de “Sebastianópolis” para caracterizá-la como antinacional e cosmopolita. Da cidade-capital, os capitalistas portugueses tutelavam a vida intelectual e econômica do Brasil às custas do elemento nacional. Essa tutela só era possível com o conluio dos “lusobrasileiros” enquistados na imprensa (como João do Rio e Olavo Bilac), nas academias e nas repartições públicas. Uma ditadura material e intelectual que favorecia a nociva e parasitária inserção do português na sociedade nacional. (BRAZILEA, nº 6, jun. 1917, p. 238)

Durante o governo Epitácio, a nacionalização da pesca (a questão dos Poveiros), da marinha mercante, da imprensa e do comércio ocupou um lugar central na mobilização dos grupos nacionalistas lusófobos como a Ação Social Nacionalista e a Propaganda Nativista.<sup>2</sup> A questão dos Poveiros, além de insuflar o antilusitanismo, tensionou as relações Brasil-Portugal às vésperas do Centenário da Independência.

Em 1920, amparado no Decreto-Lei nº 478 de 9 de dezembro de 1897, o governo brasileiro estipulou o prazo de 90 dias para a naturalização dos pescadores estrangeiros, findo o qual os mesmos passariam a ser considerados ilegais. Entre os pescadores residentes no Brasil, a imensa maioria era formada por portugueses (poveiros) que recusaram a naturalização e arguíram a inconstitucionalidade da medida contando com o apoio do governo português. O Supremo Tribunal Federal ratificou a decisão do Executivo e a Marinha, encarregada de executar a nacionalização da pesca, vinculou a medida à defesa da soberania nacional. Essa foi a justificativa apresentada ao Consultor-Geral da República que fizera objeções ao caráter obrigatório da naturalização dos pescadores:

Ao contrário do que afirma o Sr. Dr. Rodrigo Octavio, ‘impatriótico e dolorosamente injusto’ seria encarar essa questão pelo prisma perniciosamente

<sup>1</sup> A população da cidade era de 522.641 habitantes em 1890, subiu para 811.443 em 1906 e atingiu 1.157,873 em 1920. Os portugueses passam a constituir parte expressiva da população entre 1890 e 1920: 106.461 em 1890, 133.393 em 1906 e 172.338 em 1920 (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1923).

<sup>2</sup> A Propaganda Nativista foi fundada em 21 abr. 1919 e a Ação Social Nacionalista em 13 fev. 1920. Os fundadores dessas associações (Álvaro Bomilcar, Alcibiades Delamare e Jackson de Figueiredo) partilhavam o ideário nacionalista (autodenominado de “nacionalismo radical”) e lusófono divulgado nas revistas *Brazileia* (1917-1918) e *Gil Blas* (1919-1923). O programa de *Brazileia* declarava ser a contra o Brasil positivista e livre-pensador e o cosmopolitismo dominante na capital federal (*Brazileia*, nº 1, jan. 1917, p.3-4). O manifesto de fundação da Propaganda Nativista pregava a lusofobia e se declarava continuadora do jacobinismo florianista (*Gil Blas*, nº 33, 25 set. 1919, p. 10).

liberal dos interesses de estrangeiros, com sacrifício dos do Brasil e de dezenas de milhares de patrícios nossos. (...)

Os argumentos apresentados pelo Embaixador de Portugal descendo a detalhes de análise da nossa administração pública que escapam a sua alçada, obedecem a intuítos de defesa de interesses estrangeiros que, aliás nunca nos respeitaram (...).<sup>3</sup>

Entre 1920 e 1922, o Capitão de Fragata Frederico Villar comandou a execução das medidas de nacionalização da pesca ao longo do litoral e foi transformado em herói pelo nacionalismo lusófono do que consideravam a reação dos poveiros um caso de atentado à soberania nacional (GIL BLAS, nº 8, 14 out. 1920, p.3).

Epitácio Pessoa foi exaltado pela Ação Social Nacionalista e pela Propaganda Nativista como agente da remissão da nacionalidade brasileira, esquecida por todos os governos republicanos desde Floriano Peixoto, por enfrentar o estrangeiro indesejado – o português (GIL BLAS, nº 177, 29 jun. 1922, p.3). No entanto, Epitácio procurou minimizar o aspecto xenófono do movimento nacionalista e o apoiava como instrumento político e ideológico em meio à crise social e econômica. Numa audiência a uma comissão da Ação Social Nacionalista, repeliu a xenofobia e defendeu a soberania nacional:

O estrangeiro pode e deve sentir-se muito bem no Brasil (...) Mas nem por isso lhe cabe a faculdade de monopolizar profissões, cuja hegemonia compete primordialmente aos nacionais, de imiscuir-se nos meandros da política, de perturbar a ordem social, de subverter o regime, de desprestigiar o poder constituído, de achincalhar e de menoscabar os filhos da terra. (GIL BLAS, nº 60, 1º abr. 1920, p. 2)

A política de Epitácio Pessoa, sendo ele um expoente da ala dos “bacharéis”, eficientes aplicadores do Direito na ação política (LAFER, 2004, p. 69), foi jamais transigir com o ordenamento jurídico-político que garantia a dominação e o funcionamento do Estado de acordo com os interesses das oligarquias. A nacionalização da pesca e a política de expulsão de estrangeiros constituíam a aplicação de leis que buscavam preservar a soberania nacional e a ordem política e econômica vigente. A formação de bacharel de Epitácio, sua inserção na elite cultural e burocrática, levou à manutenção das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, ao contrário de Floriano Peixoto, mesmo com as tensões causadas pelo sentimento lusófono e as medidas de cunho nacionalista tomadas entre 1920 e 1922.

Uma outra interpretação da independência e do significado do *7 de Setembro* como data magna da nacionalidade procurava resgatar outras datas e eventos para ressaltar a emancipação de Portugal. É o caso da abdicação de dom Pedro I em 7 de abril de 1831 ou abertura dos portos com foco em Cairú e negando qualquer mérito do ato ao Príncipe-Regente dom João (GIL BLAS, nº 114, 14 abr. 1921, p.5). Jackson de Figueiredo alinhavou datas alternativas – “glórias da nacionalidade brasileira” - para provar o antagonismo histórico entre brasileiros e portugueses:

---

<sup>3</sup> AIHGB. ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Ofício do Capitão de Fragata Frederico Villar ao Contra-almirante Alberto Raja Gabaglia. Inspetor de Portos e Costas. Rio de Janeiro, 22. out. 1920. Arquivo Epitácio Pessoa, Pasta 48, doc. 05.

“o sangue de 17 [Revolução Pernambucana de 1817], o sangue de Tiradentes, o sangue dos heróis de Pirajá”. Comparados com estes acontecimentos, o 7 de Setembro era pouco honroso e debaixo de uma dinastia de origem portuguesa que favoreceu a criação de uma “atmosfera especial de insinceridade, podendo os nossos governos impor à natural bonomia do nosso povo, uma situação de fato, de todo contrária aos seus direitos” (FIGUEIREDO, 1921, p. 48-50).

A desqualificação do simbolismo do 7 de Setembro não era unânime nos círculos do nacionalismo “radical”. O conde Afonso Celso, presidente do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) e presidente de honra da Ação Social Nacionalista exaltava a data para destacar que a emancipação fora conquistada no campo de batalha e não dependeu da negociação conciliadora e sem glória feita em gabinete.

Houve no Brasil uma guerra da independência com todas as características das verdadeiras guerras, combates terrestres e marítimos, assédios, capitulações, ferimentos, aprisionamentos, mortes em avultado número, demonstrações de intrepidez e fidelidade à bandeira de parte a parte. (GIL BLAS, n.º 187, 22 set. 1922, p. 2)

A heroicidade da luta pela independência descrita por Afonso Celso espelhava a concepção dominante no meio das elites dirigentes do Estado brasileiro desde o século XIX. O 7 de Setembro simbolizava o Estado-nação sem significar uma ruptura abrupta e hostil com passado colonial e à metrópole portuguesa, chamada ora de “mãe-pátria” ora de “pátria-mãe”. Essa visão “oficial” permeou os discursos e atos dos agentes de Estado, da maioria da imprensa e das academias nas celebrações do Centenário da Independência.

No contexto de desassossego social e dissenso político do início dos anos 1920, a elite da colônia portuguesa procurou uma via de inserção por meio da valorização da herança colonial discutida e lembrada não só por sua importância intrínseca, mas também articulada à exaltação do imigrante português na construção do Brasil. Desse modo, a celebração do Centenário articulou-se a autoimagem da nacionalidade e da comunidade imigrante portuguesa. O passado (colonial) era defendido e o presente (1922) era valorizado frente a visões concorrentes que imputavam à colonização portuguesa a responsabilidade pelos males econômicos e sociais do Brasil. Reafirmava-se a comunhão luso-brasileira assumida pelo Estado brasileiro e parcela significativa da intelectualidade e da imprensa da então Capital federal.

## **Diplomacia, Historiografia e a travessia aérea do Atlântico Sul**

A chegada dos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral à baía da Guanabara, em 17 de junho de 1922, constituiu motivo de manifestações populares no Campo de São Cristóvão, na imprensa e de recepções oficiais no Palácio do Catete. Em Portugal, a travessia aérea tornou-se um marco da aviação nacional e das relações luso-brasileiras (JOÃO, 2002, p. 85-87). No *Correio Paulistano* (2 abr. 1922, p. 5), o cronista “Helios” (Menotti del Picchia) saudava os “Nautas dos ares” comparando o *raid* Lisboa-Rio à viagem de Cabral e assinalava que o “velho Portugal heroico ressurgiu na grandeza do seu passado de epopeia pelo arrojo e pela audácia dos

seus galhardos filhos. O gênio da raça, que dormitou secularmente, reenceta as façanhas do acto homérico dos descobrimentos”.

A façanha de Gago Coutinho e Sacadura Cabral foi utilizada pelos lusófilos para exaltar a perenidade da amizade luso-brasileira. Nesse sentido, o discurso antilusitano/lusófono era entendido pela contraparte lusófila como atividade de desocupados que promoviam uma campanha ridícula contra um povo bravo e civilizado cujo trabalho enriquecia o país.

País que teve os seus primeiros passos, que precederam à emancipação política, guiados e colonizados por um povo bravo e civilizador, vivendo, nos dias incertos que sobrevieram à proclamação da sua independência, da imigração que lhe tem trazido o trabalho fecundo e vital do braço de fora, era natural que, se nativismo existisse, ele se consubstanciasse numa vigília incessante contra os elementos estrangeiros aqui infiltrados, sem distinção de raças, nem de origens, não contra um certo e determinado estrangeiro. O português, sendo o menos estrangeiro de todos quantos às plagas de Santa Cruz aportaram, é, entretanto, o único visado pela campanha idiota e ridícula. (O MALHO, 1º jul. 1922, p. 7)

A ideia de inimizade entre os dois povos e o chauvinismo pregado pelo jacobinismo antilusitano era uma extravagância, pois mesmo a independência do Brasil ocorrera sem abalos. Foi “obra de pura evolução natural, sem revolução nem rompimento entre as duas nacionalidades como querem os jacobinos”. Política de sentimento e coração declarava o articulista de *O Malho* (*Ibidem*), citando Guerra Junqueiro, pois “devemos amar cada vez mais o povo a quem estamos ligados por tantos laços (*sic*) de afinidade”.

Nas comemorações do Centenário da Independência, a “política de sentimento e coração” está presente tanto pelo Estado brasileiro quanto pelo português nos discursos dos chefes de Estado em 18 de setembro de 1922 no Real Gabinete Português de Leitura. O discurso de Epitácio Pessoa enfatizou o Centenário da Independência como uma celebração luso-brasileira, uma “data da raça”, pois brasileiros e portugueses formavam um único povo, um corpo separado cuja alma permanecia unida. Essa irmandade fora construída na época colonial, quando Portugal descobriu, povoou e defendeu a terra contra a cobiça de outros povos. O 7 de Setembro não rompeu a irmandade tecida ao longo de três séculos. Ao contrário, a independência foi a consolidação desse processo em razão de ter sido o resultado de uma luta comum de brasileiros e portugueses contra a destruição da unidade planejada pelas Cortes de Lisboa.

A guerra da Independência não foi uma luta de brasileiros contra portugueses, mas de brasileiros e portugueses, aliados entre si, contra a orientação retrógrada e impolítica das Cortes de Lisboa, empenhada em destruir a obra que vários séculos haviam já consolidado – a unidade nacional dentro da imensa vastidão do nosso território. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório*, 1922-1923. Anexo A, p. 49)

Numa visão teleológica da história, o discurso de Epitácio Pessoa apontava a existência da nação antes da emancipação e identificava a construção da consciência nacional em paralelo à ocupação e luta pela manutenção do território. Esse viés repercutia uma interpretação do passado muito cara aos memorialistas e historiadores que se reuniam em torno do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) interessados em ressaltar a grandeza e a unidade do Império brasileiro – herdeiro de Portugal no hemisfério ocidental – quando comparado às repúblicas da América Hispânica e ao seu fracionamento territorial.

As ações de dom João VI e dom Pedro I foram interpretadas como atos intencionais de objetivo unívoco. A abertura dos portos, o incentivo à cultura e às artes, a fundação de indústrias, a constituição do exército e da marinha foram seminais para formar “o grande império do futuro” e a nova nacionalidade. Dom Pedro I, por sua vez, continuou a obra paterna e proclamou a independência empurrado pelos desatinos antiliberais e pelo despotismo das Cortes desrespeitando os direitos outorgados à colônia por dom João VI. A independência, desse modo, foi uma reação legítima de “portugueses e filhos de portugueses” contra a tirania.

Os portugueses que ficaram conosco não se sentiram, em 1822, como não se sentem hoje, em terra estranha. As forças mandadas de Lisboa pelas Cortes hostis, essas forças não tiveram contra si apenas os brasileiros feridos no seu orgulho, mas também os portugueses liberais, indignados contra a ditadura coletiva dos deputados da Regeneração. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório*, 1922-1923. Anexo A, p.50)

O fundamento do discurso de Epiácio Pessoa encontra-se na visão de história do Brasil da continuidade, legitimidade, evolução natural e história incruenta. Matizando os conflitos e as diferenças, o discurso oficial afirmava a solidariedade étnica europeia e explicitava uma memória da nacionalidade, fundada na presença cultural (a língua portuguesa), espiritual (o catolicismo) e afetiva (fraternidade luso-brasileira) do colonizador.

O mesmo sentido foi ratificado pelo presidente português António José de Almeida que celebrou o Brasil como a maior obra de Portugal. A emancipação fora consequência da lenta, mas, irremediável formação de uma consciência nacional, manifestada em oposição à metrópole. O caráter quase que fatalista da separação levou a uma transição sem maiores traumas para as relações luso-brasileiras. Esses pressupostos tinham como corolário a afirmação da legitimidade da contribuição portuguesa na construção da *brasilidade*.

O Brasil independente de hoje tem pois que agradecer a Portugal o fato de ele lhe ter legado intacto, à custa de torrentes de sangue e torrentes de lágrimas, tamanho e tão rico patrimônio. Mas Portugal tem que agradecer ao Brasil independente de hoje a energia, a bravura, a inteligência e o amor da raça com que ele tem sustentado, aumentando-a, desenvolvendo-a, dourando-a de uma maior majestade e beleza a sua obra, que foi a maior glória do seu grande passado. (*Ibidem*, p. 51)

Malheiro Dias, orador do Real Gabinete, ao saudar os presidentes destacaram que a emancipação política não significou ruptura da cooperação no campo do trabalho nem no campo sentimental. No século XX, os imigrantes portugueses continuavam a participar da construção do Brasil. Uma relação singular que propiciava a Portugal e aos portugueses um “lugar” de exceção na sociedade brasileira.

As breves lutas ... de nenhum modo desvirtuam o caráter que, desde o primeiro dia, os portugueses imprimiram à sua portentosa obra no Brasil: a construção de um Estado, a fundação de uma Pátria, que os brasileiros depois aperfeiçoaram, como os lapidários aperfeiçoam os diamantes, valorizando o esplendor faiscante de sua contextura. (DIAS, [1922] [s/d], p. 78)

O discurso do luso-brasileirismo (a singularidade das relações entre Brasil e Portugal) se fundamenta nas tradições culturais e históricas originárias da colonização portuguesa e constantemente reforçadas pelas levas de imigrantes portugueses, pela língua portuguesa e

pelas instituições culturais e filantrópicas fundadas e mantidas pela elite da comunidade portuguesa do Amazonas ao Rio Grande do Sul. É nesse propósito de afirmar a excepcionalidade da presença de Portugal e dos portugueses no Brasil que se situa a publicação dos três volumes da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (HCPB) organizada por Malheiro Dias e patrocinada pelo industrial Albino Sousa Cruz, imigrantes portugueses radicados na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma obra-monumento, um lugar funcional de memória (NORA, 1984, p. XXXIV-XXXV), onde o Brasil é celebrado como construção de Portugal e, ao mesmo tempo, constrói-se uma imagem de valorização do imigrante português na qual o empreendimento colonial é reatualizado.

O aspecto pragmático da publicação da HCPB também é ressaltado por sua relação com a situação do colonialismo português na África, no início da década de 1920. Nesse momento as colônias portuguesas atraem a cobiça de outras potências coloniais e o governo português é acusado de conivência com os maus-tratos infligidos às populações africanas. A situação colonial, especialmente a administração de Angola, exerce uma significativa influência no processo político português e contribui para a instabilidade econômica interna e as pressões efetuadas na política externa (WHEELER, 1978, p. 242-244; JOÃO, 2002, p. 88). Assim, salientar a colonização do Brasil, é mostrar o êxito de Portugal como metrópole civilizadora dos trópicos frente à barbárie. Uma nação com reduzida população e escassez de recursos econômicos manteve, e ainda poderia manter, um império colonial.

É a iniciativa privada que se encarrega de propiciar os recursos para a pesquisa, escrita e edição da obra e, nesse sentido, ela se torna também um instrumento de munificência e poder das elites da colônia portuguesa radicada no Rio de Janeiro. Esses círculos intelectuais e econômicos, comprometidos com o conservadorismo social se apresentavam como o verdadeiro Portugal em contraposição à situação de instabilidade política e econômica vivida pela república portuguesa nos anos 1910 e 1920. A edição da HCPB mantém, portanto, um duplo vínculo. De um lado, há a discussão da posição de Portugal e dos imigrantes portugueses no Brasil. No contexto do centenário, a HCPB é parte de um projeto de valorização da presença lusa como elemento impulsionador da cultura e economia da antiga colônia. Por outro lado, a obra está vinculada à questão nacional em Portugal durante a Primeira República (1910-1926) período marcado por crises parlamentares, golpes de estado e tentativas malogradas de retorno da monarquia (MARQUES, 2000, p. 283-295). As diversas contribuições que compõem a HCPB ecoam os conflitos da política interna portuguesa principalmente nos textos de Malheiro Dias que exaltam as Grandes Descobertas e intenta explicar o processo de declínio no século XVI cujo ponto culminante é o desastre de Alcácer-Quibir e o desaparecimento de dom Sebastião, denominado o "capitão de Deus" (DIAS, 1921-1924, v. III, p. 43). A figura de dom Sebastião, na enunciação de Malheiro Dias, é a imagem e representação da heroicidade do povo português no passado, mas aponta para a regeneração do Portugal contemporâneo e a viabilidade de construção de um futuro que resgata possibilidades de consecução das expectativas messiânicas.

A edição da coleção exigiu a fundação de uma empresa - Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil - e a divisão de tarefas com a formação de uma diretoria composta por Carlos Malheiro Dias (direção literária), Albino Sousa Cruz (direção financeira), Roque Gameiro (direção artística) e o conselheiro Ernesto de Vasconcellos (direção cartográfica). Segundo Sousa Cruz, a obra fora sugerida pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Pará à Grande Comissão Pró-Pátria, porém a sua execução só foi aventada após o fim da Primeira Guerra Mundial e com a proximidade do Centenário da Independência.

O envolvimento de Sousa Cruz com a HCPB o torna conhecido como “mecenas da historiografia luso-brasileira”<sup>4</sup> e contribuiu para alicerçar o seu prestígio social não apenas no âmbito da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, mas no conjunto mais amplo de práticas, representações e relações que envolviam a comunidade lusíada ou luso-brasileira. Já Malheiro Dias é uma figura emblemática nas relações luso-brasileiras entre o fim do século XIX e os anos 1930 do século XX.<sup>5</sup> Seu comprometimento com a defesa da herança portuguesa no Brasil aliado à sua participação na vida intelectual e política da época levaram-no a polemizar com intelectuais que contestavam a presença cultural (João Ribeiro) ou assumiam o discurso da lusofobia (Álvaro Bomílcar, Antonio Torres, Jackson de Figueiredo) reforçando o estereótipo do português parasita do povo brasileiro e agente das forças que impediam o progresso do país e retratada por Álvaro Bomílcar.

Mas aqui, entre nós, graças a uma política hábil e manhosa, que começou por despertar o entusiasmo literário pelos mestres da língua e acabou pelo açambarcamento total da imprensa, o portuguez continua a ser o factótum de nossa invejável prosperidade. [no original]

A julgar pelos phenomenos Moraes, intellectuaes e materiaes, somos ainda, sob todos os aspectos, uma colônia de Portugal; e a prova é que o ventre do povo é feito, exclusivamente, pelo intermediário lusitano: o portuguez do açougue, o portuguez da mercearia, o portuguez da quitanda, da padaria, do estábulo. E a cultura popular é feita pela leitura de jornaes, pela imprensa. E nós sabemos, a que interesses, a que fim serve a nossa imprensa! Agite-se uma questão séria entre um brasileiro pobre e um portuguez rico e veremos de que lado fica a imprensa. (BRAZILEA, nº 8, ago. 1917, p. 374-375)

Com uma tiragem de 25.000 exemplares *in-folio*, a HCPB foi distribuída em fascículos aos assinantes, entre 1921 e 1926, algo incomum no mercado editorial brasileiro da época, mas que se beneficiava da expertise de Malheiro Dias como editor e gerente de revistas. Os recursos financeiros demandados pelo empreendimento eram significativos e considerando o interesse de

<sup>4</sup> Albino Sousa Cruz (1870-1966) migrou para o Brasil em 1885. Em 1903, fundou a Souza Cruz & Cia. (Companhia Souza Cruz). Praticamente retirado dos negócios, Sousa Cruz dedicou-se a filantropia e à vida comunitária das associações luso-brasileiras. Foi presidente do Real Gabinete Português de Leitura (1919-1962) e fundador da Federação das Associações Portuguesas no Brasil. Líder da Comunidade Lusíada pranteado nas Duas Pátrias. (*O Mundo Português* (743), 13 fev. 1966, p. 2).

<sup>5</sup> Malheiro Dias (1875-1941) teve um papel destacado no mundo literário luso-brasileiro. Aos vinte anos, Dias escreveu *A Mulata* (1896), obra realista que causou escândalo e reações negativas em parcela do público brasileiro. Seguiu-se *Filho das Ervas* (1900) e o romance histórico *Os Telles de Albergaria* (1901). Auto-exilado no Brasil dedicou-se à edição de revistas (*Revista da Semana* e *O Cruzeiro*), ao jornalismo e à literatura política. Envolveu-se em polêmicas no Brasil e Portugal. Uma das mais famosas foi a que travou com António Sérgio entre 1922 e 1925 (cf. ALVES, 2010, p. 271-298)

difundi-la ao público e a ausência dos recursos públicos, a edição dependeu do patrocínio de Sousa Cruz e acabou se limitando ao século XVI justamente pelos custos crescentes da impressão dos três volumes realizados em Portugal.

A HCPB utiliza um vasto aparato erudito (documentos, iconografia, cartografia) de modo que o rigor documental valide a cientificidade e objetividade da obra. Mas as características mencionadas não descartam o aspecto descritivo da narrativa utilizado para tratar as individualidades e contextualizá-los no ambiente em que vivem. Esse realismo acentua a distinção com os textos cujas narrativas possuem uma escrita literária como os capítulos escritos por Malheiro Dias e Julio Dantas.

Apesar da variedade de colaboradores, o caráter da obra é salientado pela contribuição de Malheiro Dias que além da organização da coleção, escreveu a introdução dos volumes I e II e quatro capítulos. Na introdução do volume I, Malheiro Dias trata de inserir a memória luso-brasileira na identidade nacional brasileira por meio da valorização da herança colonial portuguesa (DIAS, 1921-1924, v. I, p. I – CXXXI). Esse intento pode ser desdobrado em três vetores. Registrar de forma grandiosa o lugar de Portugal na formação da nação brasileira. Realçar a presença do imigrante português, cujo trabalho era equiparado aos antigos colonizadores e desbravadores do período colonial. Por último, reivindica para o moderno desbravador português - o imigrante - um espaço no Brasil do século XX.<sup>6</sup>

A colonização portuguesa é interpretada como missão civilizadora nos trópicos pela qual são submetidos os indígenas (os "bárbaros") e a natureza. A emancipação de Portugal, nessa perspectiva, foi conduzida pelos colonos descendentes de portugueses - e não pelo "nativismo americano", proposição defendida pelos nacionalistas antilusitanos - o que garantiu a formação da nacionalidade brasileira e a própria continuidade da presença portuguesa. Ao expor os objetivos da HCPB, Malheiro Dias ressaltou ser a obra um trabalho de ciência histórica, baseado estritamente na "análise dos fatos", mas também um monumento à fraternidade luso-brasileira, equivalente a outras iniciativas que na época eram executadas na América Hispânica. A percepção de obra erudita, patriótica e histórica aliada à fraternidade era constantemente veiculada à HCPB: "o maior empreendimento na história das letras luso-brasileiras", "monumento de erudição histórica" e "tríplice monumento do patriotismo, da erudição e da arte". O ideal de fraternidade a unir os dois povos teria na HCPB "o evangelho sobre o qual podemos jurar, brasileiros e portugueses, os sentimentos de leal fraternidade que nos unem e eu nenhuma injustiça e nenhuns ressentimentos poderão destruir" (DIAS, 1921, p. 15-16).

---

<sup>6</sup> Na "Advertência" publicada no primeiro volume, Albino Sousa Cruz expressou estes objetivos ao reafirmar a importância da religião, da língua e da fraternidade, como elementos característicos das relações luso-brasileiras.

## O discurso antilusitano

Em torno do projeto e publicação da HCPB foi discutido e interpretado o passado colonial e seus efeitos na realidade social do país. A observação de Malheiro Dias enquadrando a HCPB debaixo do crivo da ciência estava relacionada aos intelectuais antilusitanos que negavam a positividade da colonização portuguesa. O discurso da fraternidade luso-brasileira e sua inserção na memória nacional enfrentou críticas de um contra-discurso antilusitano do grupo reunido em torno das concepções do nacionalismo “radical” proclamado por Álvaro Bomílcar (1883-1957), fundador da Propaganda Nativista e tenaz opositor das concepções de história que fundamentavam a HCPB. Numa série de artigos publicados no semanário *Gil Blas*, Bomílcar atacou a HCPB e a interpretação lusófila da colonização.

Um dos mais extremados apologistas da colonização portuguesa no Brasil, espírito inteiramente devotado ao empreendimento de escrever a História pelo avesso, o vitorioso escritor lusitano Sr. Malheiro Dias, propõe-se a apontar entre muitos outros benefícios resultantes da colaboração portuguesa, os que decorrem da honra de contarmos entre os antepassados reinóis nomes ilustres de heróis que se fizeram notáveis na África, na América e na Ásia por façanhas guerreiras, - guerra de conquista e de civilização, em que um idéia sublime e redentor sacudia num fremido de entusiasmo aqueles cavaleiros da cristandade que, batendo na haste das lanças, juravam lealdade à Pátria, ao Rei e a N.S. Jesus Cristo. (GIL BLAS, nº 116, 28 abr. 1921, p. 9)

Ardoroso defensor da mestiçagem, Bomílcar criticou ferozmente a imagem de barbárie dos indígenas e africanos em contraponto à missão civilizadora da colonização portuguesa. Ao contrário dos colonizadores portugueses, dizia Bomílcar, os índios e africanos escravizados não tinham cronistas para se opor “às mentiras monumentais” do colonizador (os cronistas lusitanos), pois seus argumentos eram expressos em lendas, cantos e tradições orais, considerados irrelevantes pelos historiadores. A contribuição portuguesa, na visão de Bomílcar, é o atraso, “a idade do tamanco” (GIL BLAS, nº 121, 2 jun. 1921, p.2). A Independência sob a direção de dom Pedro I foi uma solução áulica para perpetuação do poder articulada por cortesãos da corte de dom João VI e da “classe comercial”. A monarquia foi um lastimável erro político engendrado por José Clemente Pereira e José Bonifácio cujo objetivo era evitar o esfacelamento e dar estabilidade ao país. (GIL BLAS, nº 113, 7 abr. 1921, p. 4)

A solução áulica - monarquia sob a égide de um governante da rama do colonizador - impossibilitou a plena independência do Brasil e, pior dos mundos, o país tornou-se receptor de emigrantes portugueses concorrentes do nacional no mercado de trabalho e controladores da vida econômica. Nessa situação de subalternidade, Antônio Torres declarava que o Brasil era essencial para a sobrevivência de Portugal, nação falida e passadista.

Intimamente convencidos da falência absoluta e do inevitável desaparecimento da sua pátria, voltam-se os metropolitanos **pés-de- chumbo** [no original] para esta pátria nova e rica (...) ‘A nação **vrazileira** [no original] é a obra obra-prima de Portugal’. Estúpidos! (...) Portugal nada faz para o Brasil senão mandar para aqui ladrões, degredados e prostitutas expulsas de Lisboa (...) (GIL BLAS, nº 68, 27 maio 1920, p. 3)

Entre 1921-1922, Bomílcar publicou vários artigos referentes às comemorações do Centenário e ao “lugar” de Portugal e dos portugueses no semanário *Gil Blas* tendo como fundamento a obra de Manoel Bomfim, *A América Latina: Males de Origem* (1905). Nesse livro, Bomfim aborda a colonização ibérica como parasitária do trabalho indígena e africano. O colonialismo formou uma sociedade embrutecida e despreparada cujas elites dirigentes são marcadas pelo conservadorismo, tradicionalismo e horror ao progresso (BOMFIM, 1993, p. 327-328). Em *O Brasil na América*, publicado em 1929, Bomfim relativiza as críticas a colonização portuguesa do Brasil e, embora mantivesse a ênfase nacionalista, valoriza a colonização portuguesa que propiciou a formação da primeira nacionalidade na América Latina nas lutas contra as invasões.

As críticas mais virulentas à colonização portuguesa foram feitas por Antônio Torres (1885-1934) em conferências reunidas no livro *As Razões da Inconfidência* (1925) onde o colonialismo português é identificado com o atraso e a opressão e, portanto, desqualificado no processo de construção da nacionalidade brasileira: “Este opúsculo é como o Brasil: descoberto por efeito do Acaso, tem, contudo, sobre o Brasil a vantagem de não ter sido descoberto por nenhum português” (TORRES, 1925, p. 33). Torres responsabiliza o passado colonial e o elemento português, no passado o colonizador e depois o imigrante, pelos males sociais e econômicos da nação. Apontava como exemplo a capitania de Minas Gerais onde a extração do ouro e do diamante beneficiara exclusivamente a metrópole cujo poder estava fundamentado na onipresença do fisco e no regimento dos Dragões. O Distrito Diamantino (terra natal de Torres) era a prova do despotismo e parasitismo metropolitano sobre a colônia (*Ibidem*, p. 66). Não deixou de assinalar que o Brasil possuía um simulacro de independência e dependia de empréstimos externos. A própria festa do Centenário deveria ter sido realizada em Lisboa, pois os portugueses “Livraram-se da maçada de administrar uma colônia e continuaram a usufruir o esforço dos filhos dessa mesma colônia muito mais do que o que possam produzir as suas colônias d’África que eles até hoje não conseguiram fazer medrar” (*Ibidem*, p. LXXII).

O discurso antilusitano como os de Bomílcar e Torres refletiram-se na escrita da HCPB em razão da obra ser imprensa em fascículos entre 1921-1926. Assim, na introdução ao volume III, Malheiro Dias replica aqueles que comparam, de forma negativa, a colonização portuguesa com a colonização inglesa dos Estados Unidos e que creditam aquela colonização a degredados e aventureiros. Tal interpretação é considerada injuriosa e contraposta a outra leitura que acentua o seu caráter heroico, uma “empresa de estadistas e de soldados”. Um desdobramento dessa leitura é a ideia das três etnias - branca, negra e índia - formadoras da nação, mas sob a direção do português, o elemento preponderante pois é o portador da civilização (DIAS, 1921-1924, v. III, p. VIII-XII).

## Considerações finais

Em meio à crise econômica, conflitos intra-elites e manifestações de revolta social, as festividades oficiais da emancipação de Portugal ocorreram com fausto e ostentação de modo a

demonstrar para o público interno e externo o poder e o prestígio do Estado. Nos círculos intelectuais e nos movimentos políticos e sociais, no entanto, percepções divergentes a respeito da nação e da nacionalidade marcaram a comemoração do Centenário da Independência. No âmbito das relações luso-brasileiras os conceitos de nação e nacionalidade ocupavam um espaço central, pois Portugal era a antiga metrópole da qual se emancipara o Brasil na data simbólica de 7 de Setembro. Os intelectuais de pensamento lusófono ou lusófilo lutavam pelas representações do passado colonial entendido como origem da nação, ou dos males da nação, e projetavam essas representações, provenientes da memória coletiva, na elaboração de um discurso sobre a história da nação e sua aplicação em estratégias políticas no momento em que as fissuras das estruturas do poder do Estado oligárquico começavam a ser explicitadas com a campanha presidencial de 1922 e a revolta do Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922.

Em seu estudo sobre a imagem recíproca de Brasil e Portugal, Nelson Vieira (1992, p. 150-152) destaca o objetivo de prestígio que a HCPB se propunha de exaltar a perenidade das relações entre os dois povos e a nobreza da origem do Brasil. Nesse sentido, a relação colonizador/colonizado, destacada na visão antilusitana, era oposta à uma memória histórica que privilegiava a relação união/fraternidade. O Centenário da Independência explicitou a discussão e interpretação do passado colonial e seus efeitos no Brasil cuja realidade social e econômica era marcada pelo desalento com o regime republicano. A cidadania e igualdade da república tomara o rumo da consolidação da exclusão social e da fraude eleitoral. Nesse contexto, a construção do discurso da fraternidade luso-brasileira, a concepção do luso-brasileirismo defendida, entre outros, por Malheiro Dias e João do Rio, foi de encontro ao nacionalismo antilusitano extremado, mas tornou-se o discurso "oficial" das celebrações do 7 de Setembro.

O Centenário da Independência celebrava o ato de fundação do Brasil como comunidade política soberana. Mas, a comemoração do 7 de Setembro foi percebida e construída, também, como data comemorativa do luso-brasileirismo, pois articulava a emancipação da metrópole à permanência de um patrimônio cultural cuja força estava na partilha de uma língua comum e a manutenção do patrimônio territorial conquistado pelo colonizador português e sob o qual se enraizava a nação. Mas a imagem da nação nas festas oficiais do 7 de Setembro refletia os interesses e a concepção de mundo das elites, brasileiras e portuguesas, orientadas para valorizar os laços de Brasil e Portugal entendendo o primeiro como herdeiro emancipado e perpetuador da obra do segundo nas Américas.

**Anexo**Colaboradores da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*

<i>Autor</i>	<i>Texto/Volume</i>
Pedro de Azevedo	Os Primeiros Donatários (III) A Instituição do Governo Geral (III)
António Baião	O Comércio do Pau Brasil (II) A Expedição de Cristóvão Jacques (III)
Agostinho de Campos	Língua e literatura portuguesa (1524-1580) (apêndice/III)
Jaime Cortesão	A Expedição de Cabral (II)
Julio Dantas	A Era Manuelina (I)
Carlos Malheiro Dias	Introdução (I) A Semana de Vera Cruz (II) A Expedição de 1501 (II) A Expedição de 1503 (II) Introdução (III) A metrópole e suas conquistas nos reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique (III) O regímen feudal das donatárias (III)
Jordão de Freitas	A Expedição de Martim Afonso de Sousa (III)
Duarte Leite	Os Falsos Precursores de Álvares Cabral (I) O Mais antigo mapa do Brasil (II) A Exploração do litoral do Brasil na cartografia na primeira década do século XVI (II)
Manuel de Oliveira Lima	A Nova Lusitânia (III)
Heitor Lopes de Mendonça	Do Restelo a Vera Cruz (II)
Paulo Merêa	A solução tradicional da colonização do Brasil (III)
F.M Esteves Pereira	O Descobrimento do Rio da Prata (II)
Luciano Pereira da Silva	A Arte de Navegar dos Portugueses (I) Duarte Pacheco Pereira. Precursor de Cabral (I)

Fonte: *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 3 v. Porto: Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil 1921-1924.

## Referências

### Fontes Documentais

AIHGB. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ofício do Capitão de Fragata Frederico Villar ao Contra-almirante Alberto Raja Gabaglia. Inspetor de Portos e Costas Arquivo Epitácio Pessoa, Pasta 48, doc. 05. VILLAR, Frederico. Rio de Janeiro, 22 out. 1920.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. Relatório, 1922-1923. Anexo A.

*Brazílea*, Rio de Janeiro, 1917.

*Gil Blas*, Rio de Janeiro, 1921 e 1923.

Correio Paulistano, São Paulo, 1922.

*O Malho*, Rio de Janeiro, 1922.

*O Mundo Português*, Rio de Janeiro, 1966.

### Bibliografia

ALVES, Jorge Luís dos Santos. Carlos Malheiro Dias e os círculo intelectuais brasileiros. In. SARMENTO, Cristina Montalvão & GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Orgs.). *Culturas cruzadas em português: redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, séc. XIX-XX)*. 1º v. Instituições, Diplomatas, Intelectuais e Movimentos. Lisboa: Edições Almedina, 2010, p. 271-298.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

DIAS, Carlos Malheiro. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Conferência realizada pelo eminente escritor Carlos Malheiro Dias no Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro: Cia. Litográfica, Ferreira Pinto, 1921.

DIAS, Carlos Malheiro (org.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 3 v. Porto: Sociedade Editora da Historia da Colonização Portuguesa do Brasil, 1921-1924.

DIAS, Carlos Malheiro. Saudação em nome da colônia portuguesa ao Presidente da República do Brasil. Sessão solene no Gabinete Português de Leitura, em 30 de Setembro de 1922. In: DIAS, Carlos Malheiro. *Orações e Conferências*. Lisboa: Livraria Bertrand, [s.d] [1937?], p. 71-88.

FIGUEIREDO, Jackson de. *Do Nacionalismo na Hora presente*. Rio de Janeiro: Livraria Catholica, 1921.

JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Cultura, 2002.

- LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- MARQUES, A.H de. Da monarquia para a República. In. TENGARRINHA, José (Org.) *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2000, p. 283-295.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992
- NORA, Pierre. *Les Lieux de mémoire, v. I (La Republique)*. Paris: Éditions Gallimard, 1984.
- RAYNAUD, Philippe. La Commémoration: illusion ou artifice? *Le Débat*, nº 78, Paris: jan./fev. 1994, p. 194-115.
- TASSIN, Étienne. Identités nationales et citoyenneté politique. *Esprit*, nº 198, p. 97-111. Paris: jan. 1994.
- TORRES, Antonio. *As Razões da Inconfidência*. Rio de Janeiro: A.J Castilho, 1925.
- VIEIRA, Nelson H. *Brasil e Portugal. A imagem recíproca (O mito e a Realidade na Expressão literária)*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.
- WHEELER, Douglas L. *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.